

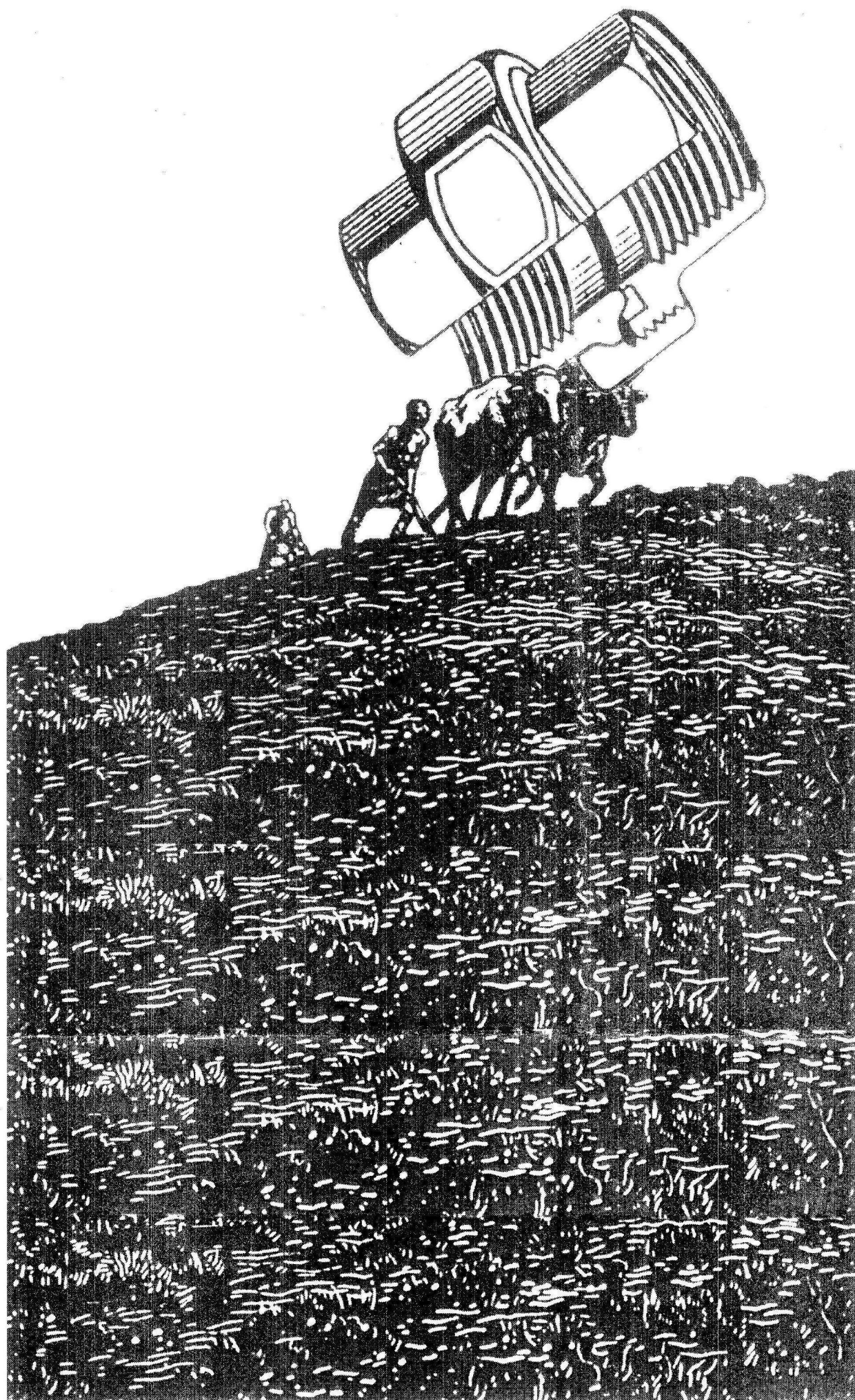
REFORMAS E ADMINISTRAÇÃO

Reformar e administrar são atos de governo. Não se confundem. Completam-se. Reformar, de verdade, no plano institucional, significa modificar ou criar normas e instrumentos de ação para que seja promovido o bem social. Não basta mudar, é indispensável fazê-lo para melhor. Para que tenha esse alcance, a reforma deve abrir margem a maior serviço à sociedade. Serviço dessa natureza não quer dizer, porém, simples intenção ou longínqua expectativa. No domínio das políticas públicas os atos são válidos por seus efeitos úteis, ou seja, reais e não fictícios. Se as reformas produzem princípios, regras ou mecanismos convenientes, cabe à administração dar-lhes vida e eficácia. Vale afirmar que a administração executa princípios e regras e põe em movimento mecanismos criados pelas reformas.

Tal interação pressupõe que as mudanças formais ou institucionais devem envolver também necessidades da Administração. Quando não há esse vínculo que justifica ação conjugada, perde-se tempo multiplicando leis e instituições desnecessárias, ou adotadas fora da oportunidade própria. A vida, nas suas desigualdades, requer soluções objetivas, e não medidas de aplicação incerta, sem conseqüências previsíveis. Tentar reformas sucessivas, sem conexão com os fins superiores da Administração, é tumultuar a atividade do Estado e prejudicar os direitos e interesses da cidadania. E o governo se embaraça em medidas inconseqüentes. Corre o risco de encontrar-se naquela situação descrita pelo padre Antônio Vieira, no Sermão da Sexagésima: "e quem levanta muita caça, e não segue nenhuma, não é muito que se recolha com as mãos vazias".

O governo federal se está enroscando em cipoal dessa natureza. São muitas as reformas e deficientes os resultados. O próprio presidente da República, em recente entrevista à *Veja*, confessa ter advertido "a equipe econômica para não dar tanta ênfase à necessidade das reformas constitucionais". E acrescentou, respondendo a verdade no seu lugar: "Elas são importantes, mas dizer que o Real depende das reformas é mentira. As reformas não representam solução a curto prazo. O Real não depende delas. As reformas são importantes do ponto de vista da organização do Estado ao longo do tempo". Ora, se é assim, como reconhece o presidente, deveria ter prevalecido sua visão, ao invés da "motivação ideológica" dos auxiliares do setor econômico. Se houvesse sido impedido o equívoco, a Administração teria seguido orientação mais racional e produtiva.

Como observou, em sua edição de 9 deste mês, o jornal *O Estado de S. Paulo*, "mudanças de estrutura são necessárias, ninguém duvida, mas é preciso, enquanto se esperam as transformações, impedir a mera destruição de empregos e de



empresas". E aponta o tradicional órgão da imprensa: "Se o governo descuidar das ações de curto prazo — política mais eficientes de crédito e de ajuste do sistema tributário, por exemplo — o caminho do longo prazo será necessária e perigosamente custoso". Outros indicadores podem ser lembrados, como o do salário dos trabalhadores e o dos servidores públicos, ou a revisão do sistema rodoviário e dos serviços de saúde.

Amplia-se o equívoco oficial por-

que mudanças fundamentais também não recebem o tratamento devido, como a reforma agrária. Não lhe dando a atenção exigida, o governo a confundiu com assentamentos precários, e não raro feitos sob pressão dos "sem-terra". Por não ter impulsionado a reforma autêntica, experimenta o governo, agora, constrangido, a presença da massa camponesa na sede do Poder, exigindo as soluções que não foram oportunamente postas em prática. O que, em realidade, a cara-

vana do "Movimento dos Sem-Terra" reclama é que as reformas de papel e de discursos se convertam em mudanças verdadeiras, corretivas das injustiças sociais. Não bastam palavras. Urge ação convincente. Quem sofre a falta de teto, de terra, de emprego, de educação, de saúde, quer a evidência dos atos, e não a ilusão de promessas, ou a transferência de responsabilidade.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia